

Comunicação Inclusiva: disciplina eletiva no contexto do Novo Ensino Médio no estado do Tocantins¹

Keila Fernandes Santos²
Universidade Federal do Tocantins, Palmas, TO

RESUMO

Pensar o fazer comunicacional de forma ampla, sempre foi um dos caminhos árduos trilhados por esta pesquisadora para que pudesse enxergar as possibilidades interdisciplinares de ir além dos estudos técnicos ou linguísticos, buscando nuances sociais, políticas e culturais sempre envolvidas nas temáticas de estudos e pesquisas escolhidas. Também, como docente da Educação Básica, parte-se do entendimento de que a Base Nacional Comum Curricular do Novo Ensino Médio³, modificada pela Lei nº 13.415/2017⁴ e implementada pela Secretaria de Educação do estado do Tocantins no início do ano de 2022 nas escolas públicas, não traria novidades se não abrisse possibilidade para itinerários formativos flexíveis que permitissem a implementação do novo currículo em uma “perspectiva cidadã” e de “prática da liberdade”.⁵ As disciplinas eletivas buscam contemplar uma das áreas de conhecimento (Linguagens e suas tecnologias; Matemática e suas tecnologias; Ciências da Natureza e suas tecnologias; Ciências Humanas e suas tecnologias) dentro dos componentes curriculares, integrando as competências gerais (conhecimento; pensamento científico, crítico e criativo; senso estético; comunicação; argumentação; cultura digital; autogestão; autoconhecimento e autocuidado; empatia e cooperação; autonomia) da base nacional curricular, com os eixos estruturantes dos itinerários formativos do estado do Tocantins que são investigação científica, processos criativos, mediação e intervenção sociocultural e empreendedorismo. Foi apresentado aos docentes, no início do ano de 2022, um

¹ Trabalho apresentado na DT 8 – Estudos Interdisciplinares do XIX Congresso de Ciências da Comunicação na Região Norte, realizado de 2 a 4 de junho de 2022.

² Mestranda em Comunicação e Sociedade pela Universidade Federal do Tocantins - UFT, e-mail: fernandesantos.keila@gmail.com.

³ Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/>. Acesso em: 16 abr. 2022.

⁴ Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/113415.htm.

Acesso em: 16 abr. 2022.

⁵ Educar e educar-se, na prática da liberdade, não é estender algo desde a “sede do saber”, até a “sede da ignorância” para “salvar”, com este saber, os que habitam nesta. Ao contrário, educar e educar-se, na prática da liberdade, é tarefa daqueles que sabem que pouco sabem – por isto sabem que sabem algo e podem assim chegar a saber mais – em diálogo com aqueles que, quase sempre, pensam que nada sabem, para que estes, transformando seu pensar que nada sabem em saber que pouco sabem, possam igualmente saber mais (FREIRE, 1983, p.15).

portfólio sugestivo de práticas docentes (a exemplo das disciplinas tem-se “A arte de falar bem com as pessoas”; “CrêSer fora da caixinha”; “LER, contar e escrever”; “O Corpo e a Ponto do Lápis”; “O Diabo veste Prada”; “Quem sou eu? Caminhos e descobertas para o autoconhecimento”; ‘Sentindo na pele”; “To be or not To be, Shakespeare is the Question”) que pudessem ser desenvolvidos para a área de Linguagens e suas tecnologias. Apesar de todas as propostas apresentarem abordagens interdisciplinares, a Secretaria de Educação do estado do Tocantins abriu possibilidades de apresentações de novas disciplinas eletivas para compor o portfólio estadual e servir de parâmetros de ensino à prática docente. A pesquisa exploratória de caráter descritivo, ainda em andamento, foi iniciada a partir de estudos no grupo de pesquisa Comunicação, Direitos e Igualdade (CODIG)⁶, que tem como uma de suas iniciativas destacar a responsabilidade dos cidadãos na luta pela igualdade e pelos direitos humanos a partir das produções comunicacionais. O objetivo desse estudo foi verificar as possibilidade de interfaces entre a comunicação e educação diante do engajamento dos estudantes (pertencentes ao 3º segmento da Educação de Jovens e Adultos, do Colégio Estadual Dom Alano Du Noday, em Palmas/TO) nesta atividade de “educação emancipatória” dentro do contexto educacional público do estado do Tocantins. Para esse levantamento exploratório buscou-se a realização de um diário de bordo digital, por meio do aplicativo, Padlet⁷, levantando dados significativos para análise qualitativa dos produtos desenvolvidos em sala de aula (podcasts ou vídeos) e posterior avaliação da atividade educativa. O trabalho pedagógico da disciplina eletiva buscou aliar um tripé entre a investigação científica, mediação e intervenção sociocultural e processos criativos, por meio de seminários para levantamento de contextos históricos, sociais e culturais que envolvessem como temáticas as minorias linguísticas e pessoas que sofrem preconceitos e discriminações nas mais variadas produções comunicacionais atuais e produção de oficinas para aprendizagem de recursos técnicos audiovisuais acessíveis, produção audiovisual e gravações de áudio. Partindo do pressuposto do direito humano à comunicação, o trabalho pedagógico foi desenvolvido, visto que no âmbito dos Direitos Humanos cabe destacar que a comunicação pode ser entendida como direito

⁶ Grupo de pesquisa Comunicação, Direitos e Igualdade (CODIG) iniciou as atividades em 2019 e tem como líder do grupo a Professora Doutora Cynthia Mara Miranda, da Universidade Federal do Tocantins – UFT.

⁷ Disponível em: https://padlet.com/fernandesantos_keila/xnpx3o9jvk9dm5nr. Acesso em 15 abr. 2022.

humano básico, pois segundo Guareschi (2013), a comunicação em suas múltiplas formas (imagens, sons, digital, analógica, interpessoal, de massa dentre outras) constitui-se o ambiente para a formação do cidadão contemporâneo. E, ainda, conforme Peruzzo (2007), o direito à comunicação, tradicionalmente, focado no direito à liberdade de informação e expressão, vem sendo ampliado. Além da mera recepção de mensagens, o direito à comunicação pressupõe um sujeito ativo, emissor, produtor e difusor de conteúdos. Aplica-se o entendimento de Peruzzo (2007) sobre o direito à comunicação, como um dos princípios básicos de produção de uma comunicação inclusiva. Essa conceituação, apesar de ser utilizada em manuais sobre produção de mídias, ainda aparece de modo disperso, visto que é mais comum a conceituação de “comunicação acessível” em trabalhos científicos, a exemplo de Krause (2018); Gabriele (2013); Sampaio (2017); Cardoso (2016) e Zamaro (2019) que entendem a comunicação a partir da associação do fazer comunicativo a recursos técnicos de acessibilidade seja de forma interpessoal ou aliada às tecnologias para a organização desses discursos. Há, ainda, outros textos científicos que dão destaque à “linguagem inclusiva” para análise da perspectiva de gênero utilizada, a exemplo de Rivera (2017). Apesar dos estudos citados, são os manuais, a título de exemplificação, Naves e outros (2016) e Fischer (2020), que abrem as possibilidades de conceitos e usos da comunicação inclusiva como sendo a produção oral, escrita ou visual não tendenciosa por respeitar no ato de produção e emissão o princípio da dignidade humana, da igualdade e do respeito pela diversidade e eliminar qualquer barreira de não-compreensão, estereótipos e referências discriminatórias de indivíduos que, historicamente, obtiverem a garantia de seu direito à comunicação, a partir de lutas sociais e promulgações legislativas. Apesar da pesquisa ainda estar em andamento, sua execução foi dividida em três fases, sendo duas já finalizadas. Alguns resultados parciais já puderam ser destacados como a mudança de abordagem em relação às temáticas, antes chamadas nas aulas de redação como “temas polêmicos”. Essa mudança foi estabelecida a partir da separação entre conhecimento do senso comum e o olhar científico nas apresentações de conteúdos em seminários abordando temas como “movimento feminista”, “movimento negro”, “movimento LGBTQI+” e “história das lutas das pessoas com deficiência”, principalmente. Dentre as oficinas já foram realizadas formações sobre Língua Brasileira de Sinais, audiodescrição e linguagem

sem perspectiva de gênero, cabendo destacar o preconceito e falta de conhecimento dos estudantes, sujeitos desta pesquisa, sobre os assuntos, mas também o comprometimento e interesse para participar das atividades. Apesar de ainda de não terem ocorrido as oficinas de produção de audiovisual e gravações de áudio, sendo a terceira e última etapa da disciplina eletiva, a experiência e os dados levantados na pesquisa, já servem de embasamento para a defesa e a replicação da prática em outras escolas dentro do estado do Tocantins por meio de sua institucionalização, visto que já foi encaminhada a proposta a Secretaria de Educação do estado do Tocantins para aprovação e há, ainda, possibilidades de modificações e ajustes a partir dos resultados ainda a serem coletados por meio das avaliações finais.

PALAVRAS-CHAVE: direitos humanos; comunicação inclusiva; educação; currículo.

REFERÊNCIAS

- CARDOSO, E. **Design para experiência multissensorial em museus:** fruição de objetos culturais por pessoas com deficiência visual. 2016. 590 f. Doutorado em Design. Instituição de Ensino: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, 2016.
- FREIRE, P. **Extensão ou comunicação?** Tradução de Rosisca Darcy de Oliveira. 7ª ed. Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra, 1983.
- FISHER, A. **Manual prático de linguagem inclusiva.** São Paulo: 2020.
- GABRIELE, Felipe Pessoa Tejo. **Sistema de informação e comunicação acessível para museus:** caso da Sinagoga Kahal Zur Israel. 2013. 203 f. Mestrado em Design. Instituição de Ensino: Universidade Federal de Pernambuco, Recife, PB, 2013.
- GUARESCHI, P. A. **O direito humano à comunicação:** pela democracia da mídia. Petrópolis, RJ: Ed. Vozes, 2013.
- KRAUSE, K. **A implementação de políticas públicas para a comunidade surda no campo dos meios de comunicação:** uma análise comparativa Brasil-Argentina. Curitiba: Ed. Appris, 2020.
- NAVES, S. B.; MAUCH, C.; ALVES, S. F.; ARAÚJO, V. L.S. **Guia para produções audiovisuais acessíveis.** Brasília, DF: Ministério da Cultura/ Secretaria do Audiovisual, 2015.



PERUZZO, Cíclia M. Krohling. **Direito à comunicação comunitária, participação popular e cidadania.** In: Revista Lumina. Juiz de Fora, v.1, n.1, 2007. Disponível em: <https://lumina.ufjf.emnuvens.com.br/lumina/article/view/201/196>. Acesso em: 25 fev. 2017.

RIVERA, A. I. V. **Adaptação Transcultural de uma Cartilha Educativa para a prevenção da violência sexual na escola para a realidade da Costa Rica.** 2017 169 f. Mestrado em Enfermagem. Instituição de Ensino: Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, CE, 2017.

SAMPAIO, A. B. **Recursos de acessibilidade nas emissoras/retransmissoras de Televisão e no Rádio:** a prática e as possibilidades nos veículos de Campo Grande. 2017. 131 f. Mestrado em Comunicação Instituição de Ensino: Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campo Grande, MS, 2017.

ZAMARO, L. H. F. **Mediação acessível: por uma experiência estética na deficiência.** 2019. 249 f. Mestrado em Artes Visuais Instituição de Ensino: Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, 2019.